

Marco Zero de Imperatriz-MA

Revitalização e preservação do patrimônio histórico

SESSÃO TEMÁTICA: Dimensão histórica e patrimonial do projeto, do planejamento e da gestão da paisagem

Fernanda Gonçalves Nascimento
Universidade Ceuma
E-mail: fernanda24980@ceuma.com.br

Josefane Costa Macedo
Universidade Ceuma
E-mail: josefane25529@ceuma.com.br

Júlia Marinho Franco
Universidade Ceuma
E-mail: julia24386@ceuma.com.br

Letícia Souza da Silva
Universidade Ceuma
E-mail: leticia60538@ceuma.com.br

RESUMO

A cidade de Imperatriz, localizada ao sul do estado do Maranhão, foi fundada pelo sacerdote Frei Manoel Procópio da Ordem Carmelita, em 1852, onde o seu local de chegada tornou-se o Marco Zero da cidade, ganhando destaque em seu traçado urbano no local onde hoje está localizada a Praça da Meteorologia. Apesar de sua relevância simbólica e cultural, o espaço onde está localizado a praça apresenta sinais de abandono e falta de reconhecimento como patrimônio histórico, refletindo a ausência de políticas públicas voltadas à valorização da memória urbana. Este estudo busca analisar os fatores que contribuem para a desvalorização e degradação do Marco Zero e propor um projeto de intervenção com ações que promovam sua revitalização com base nas informações levantadas, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da identidade local, o resgate da memória coletiva e o desenvolvimento cultural e turístico da cidade de Imperatriz.

PALAVRAS-CHAVE: Marco Zero, Patrimônio histórico, Identidade cultural, Praça da Meteorologia.

ABSTRACT

The city of Imperatriz, located in the south of the state of Maranhão, was founded by the priest Frei Manoel Procópio of the Carmelite Order in 1852. His arrival point became the city's Zero Milestone, gaining prominence in its urban layout at the site where the Meteorology Square is located today. Despite its symbolic and cultural relevance, the area where the square is located shows signs of neglect and lack of recognition as a historical heritage site, reflecting the absence of public policies aimed at valuing urban memory. This study seeks to analyze the factors that contribute to the devaluation and degradation of the Zero Milestone and propose an intervention project with actions that promote its revitalization based on the information gathered, with the aim of contributing to the strengthening of local identity, the recovery of collective memory, and the cultural and tourist development of the city of Imperatriz.

KEYWORDS: Zero Milestone, Historical heritage, Cultural identity, Meteorology Square.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico estabelece um dos principais elementos de memória e identidade de um povo, representando não apenas seu passado, mas reforçando a história e a cultura ao longo do tempo. Em Imperatriz, segunda maior cidade do estado do Maranhão, a Praça da Meteorologia (Figura 1) localizada na esquina onde se encontram as ruas Avenida XV de Novembro e a rua Santa Teresa, marca exatamente o local em que a cidade foi fundada por Frei Manoel Procópio em 16 de julho de 1852. Entretanto, apesar da sua grande importância cultural e histórica o espaço encontra-se degradado e desvalorizado, necessitando de ações do poder público que busquem a preservação e revitalização da área. A ausência de políticas que reconhecem e valorizam o espaço como o marco zero da cidade faz com que grande parte da comunidade apesar de frequentar o local não possua conhecimento a respeito do mesmo corresponder ao ponto de fundação do município de Imperatriz.

O estudo buscou entender quais fatores contribuem para a degradação e desvalorização do Marco Zero de Imperatriz e como sua revitalização fortaleceria a identidade local, então, parte-se da hipótese de que a ausência de políticas públicas eficazes voltadas à preservação e valorização do patrimônio histórico de Imperatriz faz com que o abandono da praça seja visível na deterioração dos bancos, calçadas quebradas, pavimentação irregular e a vegetação desordenada, além da presença de lixo e entulho no local, o que prejudica não somente a estética, mas também a salubridade do espaço, tudo isso resulta na perda gradual da identidade cultural associada ao local e na invisibilidade de um espaço que representa o marco inicial da cidade. Além disso, acredita-se que a presença desse marco zero demarcado e revitalizado fortalece a identidade local porque simboliza o ponto de origem e a memória coletiva de uma cidade. Ele representa uma conexão entre os habitantes e às suas raízes históricas e culturais, o que desperta o sentimento de pertencimento e orgulho local, também funcionando como uma referência simbólica e educativa, valorizando o patrimônio histórico, estimulando o turismo e reforçando o vínculo entre passado, presente e futuro da comunidade.

Figura 1: Praça da Meteorologia, Imperatriz – MA.



Fonte: Google Earth, editado com fotos elaboradas pelos autores, 2025.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

2.1 A cidade de Imperatriz

Após três anos em expedição saída do porto de Belém em 1849, no dia 16 de julho de 1852, Frei Manoel Procópio, sacerdote da ordem carmelita, deu início à povoação da Colônia militar de Santa Teresa do Tocantins. Frei Manoel recebeu do Governo do Pará a missão de fundar uma vila em território paraense nas proximidades dos limites com o Maranhão, entretanto, naquela época existiam dúvidas a respeito de onde findava o território do Pará e iniciava o Maranhão. O objetivo de tudo isso era facilitar a navegação entre Belém e Goiás através das águas do rio Tocantins, criando o local como um ponto de apoio. O advogado, escritor, historiador e membro da Academia Imperatrizense de Letras, José Herênio de Souza, indica o local que está situado hoje a Praça da Meteorologia como o Marco Zero da cidade de Imperatriz, o local em que o sacerdote fixou o povoado em sua chegada e que quatro anos depois de sua fundação se chamaria Vila Nova de Imperatriz, sendo elevada a condição de cidade, com o nome de Imperatriz em 1924.

A cidade de Imperatriz foi durante muitos anos conhecida como a “Sibéria Maranhense”, devido ao seu isolamento territorial por sua distancia em relação a capital São Luís (HERÊNIO, 2017), fazendo do rio Tocantins um dos únicos e principais meios de acesso à cidade, que na época tinha sua densidade demográfica bastante concentrada na zona rural, realidade que mudou após a construção da rodovia Belém - Brasília em 1958 (SANTOS; REIS, 2020).

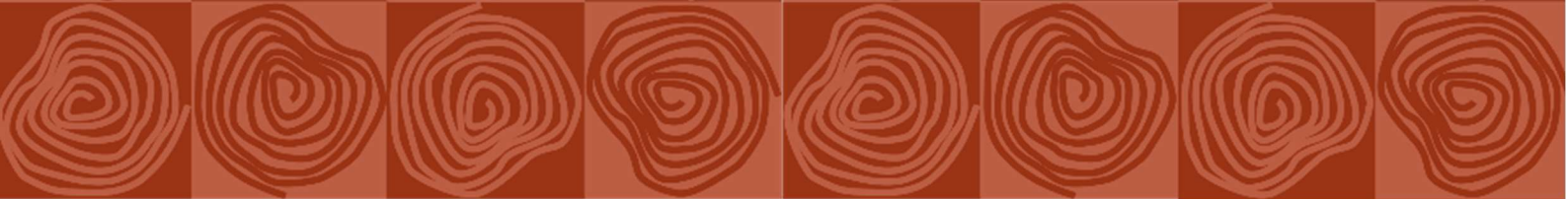
2.2 A igreja matriz Santa Teresa D'Ávila

A primeira igreja matriz da cidade, dita Igreja de Santa Teresa da Vila de Imperatriz foi erguida pelo vigário paroquial Frei Domingos Elias da Costa Moraes onde hoje está localizado o Hospital Unimed, em frente a Praça da Meteorologia.

Com o passar do tempo a igreja matriz acabou deteriorando-se, sem possibilidade de que ocorresse um restauro ou recomposição na época devido a grande quantidade de remendos, os dirigentes católicos ordenaram a construção de uma nova igreja – localizada hoje na Avenida XV de Novembro. Relatos bibliográficos do historiador José Herênio de Souza trazem como a demolição da igreja gerou revolta de muitos religiosos, que consideraram o ato um verdadeiro sacrilégio.

Mas, no dia da retirada das telhas, o protesto em favor da velha igreja voltou forte e com ares de decisão. As manifestantes aproximaram-se e, além de protestar resolveram agir. Liderando-as, Dona Amância postou-se ao lado da escada e bradou com determinação e firmeza, contra o destelhamento: "Aqui ninguém sobe! Infeliz daquele que colocar o pé nesta escada!" Em altos brados, proferia pragas e ameaças. Os operários do padre recuaram assustados. O vigário ordenou a subida e a líder grita mais pragas. Ninguém se aproximou. Ninguém subiu. Gritavam. O impasse estava criado. Sentindo a tensão e a hesitação do povo, Frei Francisco tomou uma decisão impetuosa: subiu sozinho a escada e, com a batina embalada pelo vento, vai até o telhado e retira as telhas, jogando uma a uma aos seus operários, indiferente ao choro e aos lamentos das manifestantes vencidas. (HERÊNIO, 2017, p. 88)

Tal acontecimento comprova que o patrimônio não se restringe apenas à materialidade das construções, mas também ao valor simbólico, afetivo e espiritual que elas representam para a comunidade. A antiga Igreja Matriz, situada no mesmo espaço onde se



consolidou o primeiro núcleo urbano de Imperatriz, era mais do que um edifício religioso, tratava-se também de um símbolo da fé, da origem e da identidade do povo imperatrizense, e sua demolição representou a perda de um marco histórico que integrava a memória coletiva da cidade.

Como destaca Pierre Nora (1993), os lugares de memória surgem quando o vínculo vivo entre o passado e o presente se enfraquece, tornando-se pontos de referência simbólica que condensam lembranças, identidades e afetos coletivos. Nesse sentido, a destruição da Igreja Matriz simbolizou não apenas o desaparecimento de um monumento físico, mas também o enfraquecimento da memória urbana e da identidade cultural local. Esse fato reforça a necessidade de reconhecer o valor imaterial dos espaços históricos e de promover políticas de preservação que ultrapassem a conservação arquitetônica, abrangendo também o significado simbólico e social desses lugares.

3 CARTAS PATRIMONIAIS E LEGISLAÇÃO

A preservação do patrimônio cultural brasileiro encontra seu principal fundamento jurídico no Decreto lei nº 25, que fundamenta toda a política de preservação patrimonial no Brasil, garantindo proteção jurídica aos bens culturais por meio do tombamento. Na Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 216, que define:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – As formas de expressão;

II – Os modos de criar, fazer e viver;

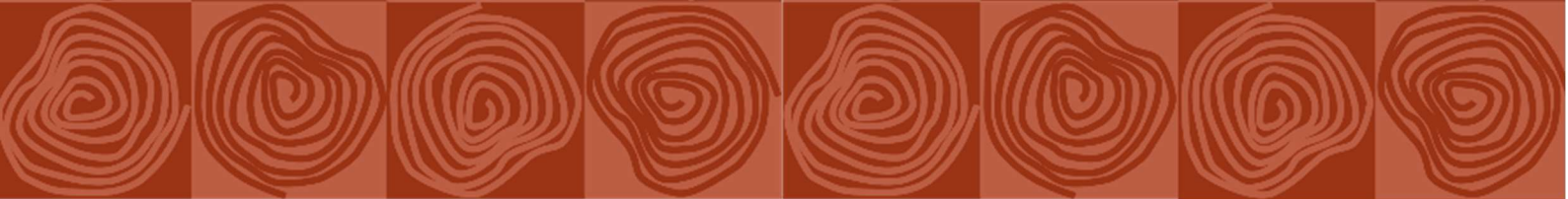
III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticos-culturais.

V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Esse dispositivo estabelece que cabe ao poder público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural, garantindo sua preservação e valorização.

Entre os principais instrumentos orientadores das políticas de preservação estão as cartas patrimoniais, documentos que estabelecem princípios e diretrizes para a proteção e valorização do patrimônio cultural. Dentre elas, destaca-se a Carta de Juiz de Fora, que aborda a importância da conservação de jardins históricos, praças e espaços públicos como elementos fundamentais da memória urbana. Seus princípios podem ser aplicados ao contexto do Marco Zero de Imperatriz, por se tratar de um espaço simbólico e paisagístico que integra a identidade local. Além dela, outras cartas, como a Carta de Veneza, que define bases internacionais para a conservação de monumentos e sítios históricos, e a Carta de Burra, que amplia o conceito de patrimônio ao incluir valores culturais e comunitários, também oferecem fundamentos teóricos que reforçam a necessidade de ações integradas de preservação e revitalização do patrimônio histórico da cidade.



Em maio de 2019 ocorreu na cidade de Imperatriz-MA o II Simpósio de Educação Patrimonial da Região Tocantina - História e Memória Indígena, organizado pelo Núcleo de Estudos Africanos e Indígenas – NEAI da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL, onde foi redigida a Carta do Patrimônio Cultural da Região Tocantina dita Carta de Imperatriz, esta carta busca estabelecer definições, diretrizes, para a defesa e salvaguarda da História e Memória Afro-Indígena. No documento é citado que o plenário recomendou a proteção de espaços públicos, como a Praça da Meteorologia, Praça da Cultura, Beira Rio, respeitando suas concepções originais, marcos típicos imperatrizenses.

4 MARCO ZERO E O CONTEXTO ATUAL

O debate a respeito da construção do Marco Zero de Imperatriz é algo recorrente na cidade. Em fevereiro de 2018, a câmara de vereadores aprovou projeto de indicação solicitando ao prefeito Assis Ramos, a construção de um monumento que indique o Marco Zero, ou seja, o exato ponto da fundação da cidade pelo Frei Manoel Procópio com base nos estudos do historiador José de Herênio. Os vereadores argumentam que seria interessante envolver o maior número de cidadãos na escolha do tipo de monumento a ser erguido, sugerindo a criação de um concurso direcionado a técnicos, arquitetos e engenheiros para apresentação de projeto a ser escolhido por uma comissão criada pela Fundação Cultural, concluindo assim que não existia um projeto concreto (CEZAR, 2018). Em julho de 2021, o presidente da fundação cultural de Imperatriz, juntamente com uma comissão formada por representantes da Câmara Municipal e da Academia de Letras, visitou a praça da Meteorologia com o objetivo de criar um edital público para escolher um desenho arquitetônico visando ilustrar o Marco Zero de Imperatriz (PESTANA, 2021).

Em 2022, foi anunciado pelo então prefeito Assis Ramos o apoio ao projeto da construção do “Marco Zero de Imperatriz”, um monumento que indicaria o ponto exato da fundação da cidade. Em matéria publicada no jornal O Progresso, declarou entender que é algo que valoriza muito nossa história e o desejo de construir o Marco Zero e disse acreditar que em poucos meses a cidade contaria com esse monumento. Em julho de 2024 o tema voltou a ser debatido, e o governador Carlos Brandão sugeriu a possibilidade de presentear a cidade com seu Marco Zero. O membro da Academia Imperatrizense de Letras Elson Mesquita Araújo chega a levantar a possibilidade de o Marco Zero ser a centelha para que a cidade conceba o tão necessário Centro Histórico de Imperatriz, que seria um marco para o resgate e preservação de sua rica e vibrante história (ARAÚJO, 2024).

Em síntese, observa-se que, há quase uma década, a discussão em torno da criação do Marco Zero de Imperatriz permanece limitada às intenções, sem a concretização da implementação de medidas efetivas. Essa inércia evidencia o descompasso entre o discurso de valorização do patrimônio histórico e as ações práticas de preservação da memória urbana, revelando o descaso das autoridades diante da importância simbólica e cultural desse projeto para a cidade.

A ausência dessas iniciativas reforça a fragilidade das políticas públicas voltadas à conservação do patrimônio material e imaterial de Imperatriz e o cumprimento de trechos da lei orgânica do município, no que se refere no Título II, sobre as competências do município e no Título V, no que se refere as políticas municipais:

Título II - Da Competência do Município

Art. 7º - Compete ao Município de Imperatriz prover a tudo quanto respeite o seu peculiar interesse e o bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente:

[...]

VII – Prover no que lhe couber:

- a) ordenação territorial que permita o cumprimento da função social do solo urbano;
- b) proteção do patrimônio histórico-cultural local.

[...]

Art. 8º - Compete ao Município em comum com a União e o Estado:

I – zelar pela guarda da Constituição Federal, da Constituição Estadual, desta Lei Orgânica, das leis e das instituições democráticas, e pela preservação do patrimônio público;

[...]

III – guardar e proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destinação e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

Título V - Das Políticas Municipais

Capítulo VIII – Da cultura

[...]

Art. 175 – Ficam sob a proteção do Município, com a colaboração da comunidade, os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico tombados pelo Poder Público Municipal.

§ 1º - Os bens tombados pela União ou pelo Estado, merecerão idêntico tratamento, mediante convênio.

§ 2º - Os danos e ameaças ao Patrimônio Cultural serão punidos na forma da lei.

A falta da aplicação de ações de salvaguarda previstas em lei, compromete o reconhecimento da história de Imperatriz e o fortalecimento de sua identidade local. A criação do Marco Zero, portanto, não se limita à construção de um monumento físico, mas representa a oportunidade de reconectar a cidade às suas origens e promover o resgate da memória coletiva como instrumento de valorização cultural e cidadã.

5 METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir da coleta de informações e registros fotográficos na praça da Meteorologia na Avenida XV de Novembro esquina com a rua Santa Teresa, na cidade de Imperatriz-MA e pesquisas bibliográficas.

A pesquisa é aplicada, qualitativa, exploratória e bibliográfica, com foco em coleta de informações em acervos com obras sobre a história de Imperatriz, por exemplo o acervo da Academia Imperatrizense de Letras. A bibliografia inclui estudos sobre a história da cidade de Imperatriz, debates a respeito da criação do Marco Zero, cartas patrimoniais, e estudos e conceitos sobre patrimônio histórico e cultural.

6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

6.1 Potencialidades e problemas a serem enfrentados

No que se refere aos valores patrimoniais, o Marco Zero apresenta um valor histórico intrínseco, com relação à sua origem e simbologia como ponto inicial da cidade.

Entretanto, com a implementação das propostas de revitalização, espera-se que o local também adquira um valor de novidade (RIEGL, 1984), ao tornar-se novamente atrativo para a população e visitantes. A requalificação física e estética do espaço permitirá que ele seja reinterpretado pela comunidade, somando ao valor de rememoração (RIEGL, 1984) o dinamismo de um ambiente renovado, convidativo e socialmente ativo.

A área do Marco Zero de Imperatriz apresenta um conjunto de potencialidades históricas e culturais que reforçam sua relevância simbólica para a cidade, mas, ao mesmo tempo, enfrenta diversos problemas estruturais e de conservação. Nota-se que na praça existe um busto de Frei João Pedro de Sexto São João (Figura 2), homenagem feita pelas irmãs missionárias capuchinhas no ano de 2004, em comemoração ao centenário da fundação da congregação. Propõe-se, portanto, a manutenção deste monumento, uma vez que a congregação foi responsável pela criação da Escola Santa Teresinha (SILVA; CASTRO, 2004), a primeira escola da cidade de Imperatriz, configurando-se como um importante marco de rememoração histórica e educativa.

Figura 2: Busto de Frei João Pedro de Sexto São João, localizado na Praça da Meteorologia, Imperatriz – MA



Fonte: Autores, 2025.

Contudo, o espaço apresenta condições físicas precárias que comprometem tanto a sua função social quanto o seu potencial turístico e patrimonial (Figura 3). Entre os principais problemas observados estão a deterioração dos bancos, a pavimentação irregular, as calçadas quebradas e a vegetação desordenada, fatores que interferem na acessibilidade, na estética e na segurança dos frequentadores. Soma-se a isso a presença constante de lixo e entulho, resultado da falta de manutenção contínua e da ausência de políticas efetivas de limpeza e conservação urbana.

Figura 3: Praça da Meteorologia, Imperatriz – MA



Fonte: Autores, 2025.

Outro aspecto a ser considerado é o uso noturno do espaço, quando parte da praça é ocupada por restaurantes e ambulantes que instalam tendas e mesas plásticas. Embora essa prática represente uma forma de apropriação social do espaço, contribuindo para a movimentação e vitalidade da área, ela também demanda ordenamento e adequações estruturais que conciliem o uso comercial com a preservação do patrimônio e a harmonia visual do ambiente.

6.2 Postura teórica

Com base em análises em campo e estudos bibliográficos postura teórica que fundamenta esta proposta de revitalização baseia-se em princípios de conservação e valorização do patrimônio cultural desenvolvidos por Cesare Brandi, Roberto Pane e Alois Riegl, cujas contribuições permanecem essenciais para a compreensão contemporânea das intervenções em bens históricos.

Para Cesare Brandi a restauração visa ao "restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo." Essa concepção orienta a proposta para o Marco Zero de Imperatriz, que preserva o traçado da praça e mantém o busto de Frei João Pedro de Sexto São João como elemento central, assegurando a continuidade da memória material e simbólica do local. Os novos dispositivos inseridos funcionam como complementos que ampliam a leitura e a experiência do espaço sem comprometer sua autenticidade. Já para Roberto Pane, o patrimônio deve ser entendido não apenas como um objeto isolado, mas como parte integrante da vida urbana, carregando valores afetivos, identitários e coletivos. Pane destaca que a preservação deve considerar a relação viva entre comunidade e espaço, assegurando que a intervenção fortaleça o vínculo social com o bem cultural.

Alois Riegl propõe uma leitura dos bens patrimoniais a partir de diferentes valores, entre os quais se destacam o valor histórico, o valor de rememoração e o valor de novidade. O Marco Zero possui, de forma evidente, um valor histórico vinculado à origem da cidade e à fundação de Imperatriz. No entanto, a revitalização projetada busca também incorporar o valor de novidade, ao introduzir novos elementos simbólicos que dialogam com a memória sem romper com ela, tornando o espaço mais atrativo e significativo para o presente de forma que ocorra um equilíbrio entre preservação e inovação.

6.3 Conceito e partido arquitetônico

A proposta de revitalização da praça conceitua-se primeiramente na valorização da memória e da identidade urbana, a partir disso, propõe-se primeiramente a manutenção do busto já existente, mas também adicionar uma estátua de Frei Manoel Procópio na mesma área. Sugere-se também a colocação de elemento semelhante a rosa dos ventos presente no Marco Zero de Recife-PE (Figura 4).

Figura 3: Marco Zero de Recife – PE.



Fonte: Estadão, 2023.

Levando em consideração que durante a noite parte da praça é utilizada por restaurantes da área, o projeto de intervenção (Figura 5) propõe-se a implementação de tendas com coberturas de palha, substituindo assim as tendas de lona atuais, e a utilização de mesas fixas. Outra mudança proposta é a implementação de painéis explicativos que contem a história da cidade, visto que não somente um marco simbólico, o Marco Zero também deve servir como um marco educativo. Juntamente com esses painéis propõe-se a utilização de novos bancos que assemelhem-se ao formato de um barco, simbolizando a chegada de Frei Manoel Procópio através do rio Tocantins.

Figura 5: Projeto de Intervenção.



Fonte: Autores, 2025.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, entende-se que é de extrema importância a criação, reconhecimento e implementação do Marco Zero de Imperatriz-MA como um elemento fundamental para a preservação da memória e da identidade cultural da cidade. A ausência de políticas públicas efetivas e de ações voltadas à conservação da Praça da Meteorologia contribui não apenas para o abandono físico do espaço, mas também para o apagamento simbólico de um local que representa o ponto inicial da história do município. Essa negligência reflete a fragilidade das políticas patrimoniais locais e a falta de conscientização sobre o valor histórico e educativo que o Marco Zero possui para a formação da identidade imperatrizense.

Pontua-se também que a revitalização da área é uma alternativa viável e necessária para reverter esse quadro, pois além de recuperar a estrutura física degradada, possibilita a criação de um espaço de convivência e aprendizado que valorize o passado e fortaleça os vínculos entre os cidadãos e suas origens. A proposta de revitalização, por meio da instalação de painéis informativos, mosaicos simbólicos, monumentos em homenagem a Frei Manoel Procópio e melhorias urbanísticas, tem o potencial de transformar o local em um verdadeiro ponto de referência cultural e turística da cidade. Sobretudo, trata-se de uma ação sustentável do ponto de vista histórico e social, que incentiva a educação patrimonial, o turismo cultural e o reconhecimento do patrimônio como parte essencial da cidadania.

Integrando as ações de revitalização às políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio histórico, é possível mitigar os impactos do abandono e ressignificar o espaço urbano da Praça da Meteorologia, promovendo o resgate da memória coletiva e o fortalecimento da identidade local. A implementação efetiva do Marco Zero de Imperatriz não se limita à criação de um monumento físico, mas representa um gesto simbólico de reconexão entre passado, presente e futuro. Dessa forma, conclui-se que a revitalização da praça com a efetivação do Marco Zero contribuirá significativamente para o desenvolvimento cultural e social de Imperatriz, gerando maior senso de pertencimento, orgulho e bem-estar à população que reconhece nesse espaço o berço de sua própria história.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elson Mesquita. **Historiador José Herênio indica local onde Imperatriz começou.** Blog Por Elson Araújo, 19 fev. 2018. Disponível em: <https://porelsonaraujo.blogspot.com/2018/02/historiador-jose-herenio-indica-local.html>. Acesso em: 4 nov. 2025.

ARAÚJO, Elson Mesquita. **O Marco Zero e o Centro Histórico de Imperatriz.** 14 jul. 2024. Disponível em: <https://regiaotocantina.com.br/2024/07/14/o-marco-zero-e-o-centro-historico-de-imperatriz/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração.** Tradução de Beatriz M. Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

CARTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA REGIÃO TOCANTINA. **Carta de Imperatriz.** Imperatriz: Secretaria de Cultura da Região Tocantina, 2019.

CEZAR, Domingos. **Memória: Marco Zero.** Blog Nossa Memória, 2018. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/blog/nossa-memoria/memoria-marco-zero.html>. Acesso em: 4 nov. 2025.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

HERÊNIO, José. **Imperatriz: nossa avozinha aos 100 anos de idade.** Imperatriz: Editora Brasil, 2017.

ICOMOS. **Carta de Burra.** Burra, 1980.

ICOMOS. **Carta de Florença: Sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos.** Florença, 1981.

ICOMOS. **Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios.** Veneza, 1964.

IPHAN. **Carta de Juiz de Fora: carta dos jardins históricos brasileiros.** Juiz de Fora, Minas Gerais, 2010.

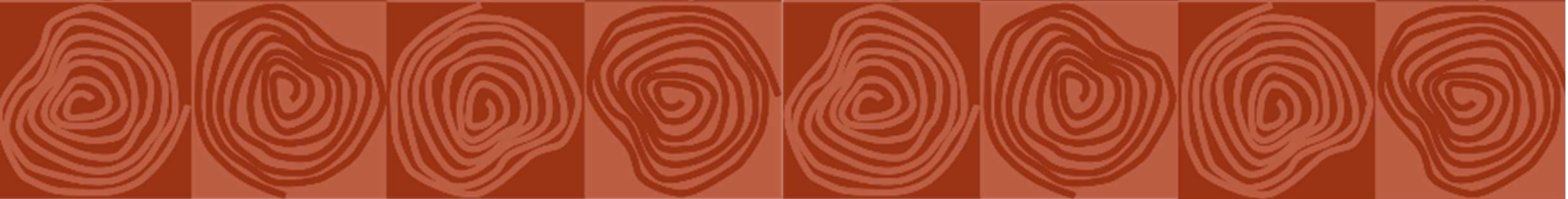
IMPERATRIZ. **História de Imperatriz.** Portal da Prefeitura de Imperatriz, [s.d.]. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/portal/imperatriz/historia.html>. Acesso em: 4 nov. 2025.

MEMÓRIAS DE IMPERATRIZ. **Política. Memórias de Imperatriz - Imperatriz (MA).** Disponível em: <https://memoriasdeimperatriz.blogspot.com/search/label/Pol%C3%ADtica?updated-max=2018-02-14T06:27:00-08:00&max-results=20&start=40&by-date=false>. Acesso em: 7 nov. 2025.

MUSEU VIRTUAL – Imperatriz-MA. **Primeira Igreja de Santa Teresa D’Ávila.** Blog Museu Virtual, Imperatriz, MA, 2023. Disponível em: <https://museuvirtual-2-imperatriz-ma.blogspot.com/2023/08/primeira-igreja-de-santa-teresa-davila.html>. Acesso em: 5 nov. 2025.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

O PROGRESSO NET. **Prefeitura confirma apoio ao Salão do Livro de Imperatriz e à construção do Marco Zero.** 2022. Disponível em:



<https://oprogressonet.com/noticia/22896/prefeitura-confirma-apoio-ao-salao-do-livro-de-imperatriz-e-a-construcao-do-marco-zero>. Acesso em: 4 nov. 2025.

PANE, Roberto. **Cidades Antigas Edilícia Nova**. In: Revista Thesis. Rio de Janeiro: ENANPARQ, v. 2, n.4, 2017, pp 309-332. Tradução Nivaldo Andrade.

PESTANA, Rafael. **Fundação Cultural estuda edital para criar projeto arquitetônico no Marco Zero de Imperatriz**. 21 jul. 2021. Disponível em: <https://imperatriz.ma.gov.br/noticias/cultura/fundacao-cultural-estuda-edital-para-criar-projeto-arquitetonico-no-marco-zero-de-imperatriz.html>. Acesso em: 4 nov. 2025.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: seu caráter e sua origem**. Tradução de Beatriz Kühl. São Paulo: Perspectiva, 1984.

SANTOS, Évane; REIS, Geilson; ALVES, Lirattlema; CHAVES, Margarida; CARVALHO, Sheryda Lila. **Imperatriz: cidade da gente – História e Geografia: estudos regionais**. Imperatriz: V. Didáticos, 2020.

SILVA, José Nilson Oliveira; CASTRO, Gisilda Maria Pereira. **Escola Santa Teresinha: 80 anos educando vidas**. Imperatriz-MA, Ética, 2004.

UNESCO. **Carta de Nairóbi sobre a Proteção de Bens Culturais e Naturais**. Nairóbi, 1976.

VELHO DO RIO. **Velho do Rio – Crônicas e memórias do Tocantins**. 2024. Disponível em: <https://www.velhodorio.com/>. Acesso em: 4 nov. 2025.